

Reflexões Sobre uma Possível Ecologia Cognitiva do Jornalismo¹

Henrique T. D. PERISSINOTTO²

Universidade de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG

RESUMO

Nos últimos anos acumulou-se diferentes resultados quanto alterações no padrão de produção do jornalismo dada a inserção de novas tecnologias digitais nos meios de produção (ANDERSON *et al.* 2013). Acreditamos que esse fenômeno possa ser melhor compreendido através da visão de uma “ecologia cognitiva” (HUTCHINS, 2010). Nós realizamos três sugestões para um possível descrição do fenômeno neste enquadramento, a primeira é entender o ambiente de produção do jornalismo como um “nicho cognitivo” (CLARK, 2008), o segundo é entender as tecnologias que o compõem como “artefatos cognitivos” (SINHA, 2015), e por fim compreender a ação do jornalismo como “cognitivamente distribuída” (HUTCHINS, 1995 e 2005).

PALAVRAS-CHAVE: teoria do jornalismo; ecologia cognitiva; nicho cognitivo; artefato cognitivo; comunicação

1. Breve Entendimento Sobre o Jornalismo Pós-industrial

Hutchins (2010, p.7) previa que um dos maiores desafios das próximas décadas seria “trabalhar as implicações do fato de que, para os humanos, o ‘mundo’ (na agora familiar formulação ‘cérebro-corpo-mundo’) consiste em configurações sociais e materiais culturalmente construídas”, é a este desafio que este artigo se propõe, pensando especificamente a instituição social “jornalismo” como um tipo de “nicho cognitivo” e suas tecnologias como “artefatos cognitivos”. A noção de que ocorreu uma virada no modo de se fazer jornalismo dada a inserção das tecnologias digitais, mais especificamente a internet, não é algo novo. Marcos Filho (2002) nos diz, no geral, não se pode pensar em responsáveis, mas sim na mudança da civilização a partir da informatização, assim, um dos fatores dessa alteração é o avanço das tecnologias de comunicação, que estruturaram a Internet e potencializaram seu uso comercial.

Neste trabalho iremos adotar a diferenciação feita por Anderson *et.al.* (2013) entre

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo, XX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestrando do Curso de Jornalismo da UFJF-MG, e-mail: perissinotto.mail@gmail.com.

jornalismo industrial e pós-industrial, considerando que estamos em uma era pós-industrial do jornalismo. Entre ambos há uma diferença de funcionamento proveniente da inserção da internet nos meios de produção do jornalismo, até então, industrial. Segundo Anderson *et al.* (2013), o que se alterou principalmente é a capacidade da internet de gerar conectividade entre os usuários, essa conectividade interfere no funcionamento interno das redações, primeiro desviando parte do lucro proveniente da publicidade que passou a se destinar para as modalidades online (*ibid*, p.35); segundo é a personalização do conteúdo possível no online, que facilita “achar a próxima coisa a ser lida, vista ou ouvida por indicação de amigos do que pela fidelidade inabalável a uma determinada publicação” (*ibid*); terceiro, a possibilidade das mídias sociais de reunirem informações rapidamente, devido ao seu grande número de usuários, supera o que uma redação regular poderia realizar (*ibid*).

Essas alterações para Anderson *et al.* (2013) teoricamente terminam com a ideia de uma indústria para a atuação do jornalista, "nos Estados Unidos, já não há um plano comum de carreira, um conjunto de ferramentas e modelos de produção ou uma categoria de trabalhadores estável e previsível" (ANDERSON *et al.*, 2013, p.51). O Jornalismo pós industrial é caracterizado por cinco fatores:

1. Prazos e formatos de produção de conteúdo já não são delimitados.
2. Localização no mapa perde relevância na coleta de informações e na criação e consumo do conteúdo jornalístico.
3. Transmissão de dados em tempo real e atividade em redes sociais produzem informações em estado bruto.
4. *Feedback* em tempo real influencia matérias.
5. Indivíduos ganham mais importância do que marca.

(ANDERSON *et al.*, 2013, p.51)

2. O Jornalismo e as Instituições

Hutchins (2010, p.2) diz que “uma compreensão dos fenômenos cognitivos deve incluir uma consideração dos ambientes nos quais os processos cognitivos se desenvolvem e operam”. Consideramos que um modo de entendermos esses ambientes inicialmente e de forma geral é pensarmos no jornalismo como instituição.

Para Marcondes Filho (2000), é preciso reconhecer que as instituições de Jornalismo não são mais as únicas capazes de produzir informações e as divulgar de forma massiva, entretanto isso não invalida sua função. O Jornalismo é essencial no exercício democrático:

buscando, contextualizando e narrando eventos importantes, que muitas vezes não teriam se tornado públicos de outra forma, ou não teriam repercutido de mesmo modo, ou ganhado força mobilizadora, “o impacto do jornalismo [...] não vem de quem produz a notícia, mas de quem consome a notícia - do próprio cidadão de democracias” (ANDERSON *et al.*, 2013, p.66). As instituições permitem que o jornalista tenha uma base estável a partir da qual ele possa se reorganizar para cobrir eventos inesperados, possibilitando mobilidade e segurança. A dicotomia nesse momento é que esta mesma estabilidade institucional é também causadora da demora de alterações no modo de produção no jornalismo. Entretanto não podemos abdicar do institucionalismo, mas sim promover sua transformação, pois são as instituições que exercem “a influência, o poder simbólico, a continuidade e a folga de recursos necessários para enfrentar em pé de igualdade outras instituições” (ANDERSON *et al.*, 2013, p.63).

É preciso lembrar que as instituições não atuam sozinhas, para Anderson *et al.* (2013), elas estão envoltas por um ecossistema e este influencia em quais histórias serão cobertas, como serão cobertas e quais serão suas estruturas narrativas. No jornalismo industrial as instituições eram gargalos, “subproduto do custo e da dificuldade incrível de reproduzir e distribuir a informação” (*ibid.* p.72). Já no ecossistema presente no jornalismo pós-industrial a premissa é de que as “organizações jornalísticas já não possuem o controle da notícia” (*ibid.* p.74), o interesse público pode ser defendido de maneira comunicacional pelos próprios cidadãos, empresas privadas e pelo governo, em grau maior.

No trecho anterior o termo “instituição” parece poder ser compreendido de duas formas, a primeira, menos técnica, no sentido de “empresa”, “organização”, a segunda como “instituição social” em um sentido mais técnico do termo, é à essa definição que gostaríamos de nos ater, porém os autores mencionados não realizam a definição de instituição social nesses trabalhos em específico. Assim, iremos na próxima sessão definir o termo “instituição social”, após iremos compreender a concepção desse “ecossistema”, no qual a “instituição social jornalismo” está inserida, como um “nicho cognitivo”, e por fim trataremos das tecnologias, tais como a internet, como artefatos cognitivos.

3. Instituições Sociais e Nichos Cognitivos

Neste trabalho iremos seguir a definição proveniente de Sinha (2009) tanto de “fato social” como de “instituição social”. Ele propõe que “fato social” é:

algo que regula um aspecto da conduta que requer a participação (Goodwin e Goodwin 2004) de mais de um indivíduo. Esse "algo" pode ser uma lei codificada, uma norma, uma instituição, uma regra no sentido wittgensteiniano ou um cânone de interpretação. (SINHA, 2009, p.17-18).

Sinha (2009, p.18) considera que o próprio fato social “não é a soma, o denominador médio ou comum de todas as crenças individuais dos participantes (já que é, de fato, o objeto dessas crenças)”. Para Sinha (2015, p.7) um “sistema de fatos sociais” forma uma “instituição social”, e o “conceito de “instituição social” pertence a “sistemas de conhecimento social que são de natureza totalmente normativa; isto é, aqueles que não apenas regulam o comportamento, mas são conhecidos por fazê-lo, e seu conhecimento (seja explícito ou tácito) é essencial para seu status regulador”. Assim, as

instituições sociais, só podem ser construídas por seres humanos com um certo nível de desenvolvimento cognitivo, embora possam ser participadas por animais que não possuem esse status cognitivo (por exemplo, crianças pré-linguísticas em práticas de linguagem, cavalos de corrida em corridas de cavalos etc.) (SINHA, 2015, p.7)

Sinha (2015, p.7), conclui que “as instituições sociais, então, constituem um nível ontológico emergente, dentro da categoria mais ampla de nichos bioculturais, e que é exclusivamente humano”.

Notemos que anteriormente foi utilizado o termo “nicho biocultural” e que esse carece de uma definição mais extensa neste trabalho, passemos a ela. Segundo Laland (2017, location 875, 46%)³, a ideia de que “gene e cultura co-evoluem é um hipótese que surgiu por vias diferentes da teoria da construção de nicho, e os estudos que unem ambas são moderadamente recentes”, defendido pela primeira vez “há 30 anos, pela genética matemática e evolutiva” (*ibid*). A ideia geral é que “as propensões genéticas influenciam os traços culturais aprendidos, enquanto o conhecimento cultural se espalha através das populações e modifica como a seleção natural as afeta” (LALAND, 2017, location 875, 46%)⁴.

³ Paginação irregular

⁴ Paginação irregular

Laland (2017, 70%)⁵, chama de “*feedback* coevolucionário” a relação entre gene e cultura responsável por “moldar e acelerar as taxas das mudanças responsáveis por nossa anatomia e cognição, expandindo, na evolução recente dos hominídeos, as regiões do cérebro responsáveis por imitação, inovação e uso de ferramentas”. A cultura forneceu aos nossos ancestrais “truques para obtenção de alimentos e sobrevivência e, à medida que cada nova invenção surgia, a população era capaz de explorar seu ambiente com mais eficiência” (*ibid*). Isso não apenas “alimentou a expansão cerebral, mas também o crescimento populacional” (LALAND, 2017, 70%). Então, a construção de nicho, para Laland *et al.* (2000, p. 1,2) são as “atividades, escolhas, e processos metabólicos de organismos, através dos quais eles definem, escolhem, modificam, e parcialmente criam seus próprios nichos”. Tais modificações no ambiente alteram as pressões evolutivas, assim “gerações de organismos herdadas não somente os genes de seus ancestrais, mas também um legado de pressões de seleção natural que foram modificadas pela construção de nicho ancestral” (LALAND *et al.*, 2000, p.2).

A teoria da construção de nicho se relaciona com as teorias sociais, nas considerações de Laland e O’Brien (2012, p.194), pois propõem a “concepção ativa e construtiva do papel dos organismos na evolução e, de fato, na ontogenia, se encaixando bem nas conceituações da agência humana, pois os processos culturais humanos conferem à construção de nicho uma potência especial”.

a cultura complexa requer transmissão de informações de alta fidelidade. As análises mostram que pequenos aumentos na precisão da transmissão social podem levar a grandes aumentos e longevidade da cultura, e que a transferência de conhecimento de alta fidelidade é necessária para a cultura cumulativa. (Laland, 2017, 70%)⁶

O teoria da construção de nicho e a concepção de instituições sociais, tais como expostas anteriormente, encontram aderência no conceito de “nicho cognitivo”, tal como definido por Clark (2008), sendo:

o processo pelo qual os animais constroem estruturas físicas que transformam espaços de problema (*problem spaces*), de modos que auxiliam (ou às vezes impedem) o pensamento e o raciocínio sobre alguns domínio ou domínios de destino. Essas estruturas físicas combinam-se com práticas culturalmente transmitidas, apropriadas para aprimorar a solução de problemas e, nos casos mais dramáticos, possibilitar novas formas de pensamento e raciocínio. (CLARK, 2008, p.63)

⁵ Paginação irregular

⁶ paginação não regular

Dentro do conceito de “nicho cognitivo” tal como definido por Clark (2008) temos inserido tanto as práticas culturais quanto as estruturas físicas, as quais são consideradas por Clark (2008) como artefatos. Essa definição ampla nos permite enquadrar as “instituições sociais”, como definidas por Sinha (2015), sendo um tipo de “nicho cognitivo” um conhecido por “regular o comportamento e [que] seu conhecimento (seja explícito ou tácito) é essencial para seu status regulador” (SINHA, 2015, p.7). Caberia o debate se todos os nichos cognitivos apresentam essas características, sendo elas então insuficientes para definirem o tipo de nicho cognitivo das instituições sociais, porém nos parece improvável que alguma característica proposta para a definição de instituição social as excluam do conceito de nichos cognitivos.

4. Instituições Sociais e Acoplamentos Simbióticos

Dando prosseguimento a nossa incursão, Hutchins (2010, p.2) afirma que “cada teoria implica um conjunto de compromissos ontológicos e cada compromisso ontológico enfatiza alguns tipos de conexões em detrimento de outros”, vamos explicitar o nossos deste trabalho. Estamos assumindo compromissos ontológicos com o “externalismo ativo”. Por “externalismo”, entende-se que “algum processamento cognitivo é constituído por características ativas do ambiente” (MENARY, 2010, p.2). Por “ativo”, que “as características ativas no ambiente, no aqui e agora, influenciam minhas crenças” (MENARY, 2010, p.3). Clark e Chalmers (2010) afirmam que a mente (estendida) forma um

sistema acoplado com o mundo, que pode ser compreendido como um sistema cognitivo por si, de modo que todos os componentes do sistema desempenham um papel causal ativo, se removermos o componente externo a competência comportamental do sistema diminuirá. (CLARK; CHALMERS, 2010, p.29)

No externalismo ativo, os recursos externos relevantes estão “ativos”, isto é, “estão acoplados ao organismo humano”, tendo um “impacto direto no organismo e em seu comportamento”, criando um *loop* entre as partes relevantes do mundo, e não uma “longa cadeia causal”, na qual elas “oscilam nas extremidades” (CLARK; CHALMERS, 2010, p.29).

Para que o “acoplamento causal” (*causal coupling*) ocorra, são necessários quatro critérios, como descrito por Menary (2010a, p.3), resumindo Clark e Chalmers (2010, p.29):

1. todos os componentes do sistema tem papel causal ativo;
2. eles juntamente (*jointly*) governam o comportamento, da mesma maneira que a cognição o faz;
3. se removemos um componente, a competência do sistema tende a decair;
4. então, esse tipo de processo acoplado conta igualmente como um processo cognitivo, estando ou não, inteiramente, na cabeça. Para Menary (2010, p.4), “as características internas e externas têm uma influência causal mutuamente restritiva que se desdobra ao longo do tempo”.

Para Slors (2020), há uma diferença entre o “acoplamento” (*coupling*), que ocorre quando lidamos com artefatos, e o que ocorre quando lidamos com “instituições sociais” (*social institutions*) (Ver “Tabela 5”). Por instituições sociais, Slors (2020, p.3) entende, nos termos de Gallagher *et al.* (2019), por exemplo, “sistemas jurídicos, sistemas educacionais e museus, convenções culturais e até a economia de mercado”, sendo uma concepção compatível com a de Sinha (2015).

A cognição estendida por artefatos é “assimétrica ou não recíproca [...] por outro lado, a cognição socialmente estendida é recíproca” (SLORS, 2020, p.7). As estruturas que se estendem no caso da cognição estendida socialmente “contêm (muitas) outras mentes, cuja previsibilidade necessária só pode ocorrer devido a regras e princípios compartilhados que definem uma determinada instituição social, que são percebidos tendo força normativa” (*ibid*). Esta normatividade é “acrescentada ao acoplamento causal com outras pessoas e artefatos, que a cognição-estendida-socialmente compartilha com a cognição-estendida-artefatual” (*ibid*).

Slors (2020, p.7) afirma que as instituições sociais ampliam nossas habilidades cognitivas porque “contribuímos para as práticas que definem essas instituições”. Ao contribuir, co-constituímos essas instituições, assim como essas instituições co-constituem nossas habilidades cognitivas.” Assim, as nossas habilidades cognitivas e as de outras pessoas “são constituídas por instituições sociais”, nós “contribuímos para a extensão cognitiva de

outras pessoas, assim como elas contribuem para as nossas. A extensão social da cognição é co-constituição recíproca de habilidades cognitivas” (*ibid*).

Para Slors (2020, p.4), a distinção entre a cognição-estendida-socialmente e a cognição-estendida-artefatual, está no fato de que a estendida artefaturalmente é caracterizada por “extensão-de-impacto” (*impact-extension*), já a estendida socialmente por “extensão-de-implementação” (*implementation-extension*). Slors (2020, p.5), enquadra a “extensão-de-implementação” no entendimento funcionalista do externalismo da cognição

A extensão de implementação se encaixa muito bem com a extensão de artefato, já que é fácil imaginar que artefatos físicos são acoplados causalmente a cérebros e corpos de maneira a estender a base de implementação de processos funcionais.

Já quanto a extensão-de-impacto, “é recíproca e não unidirecional” (SLORS, 2020, p.7), e é enquadrada na compreensão inatista do externalismo da cognição

Um processo cognitivo é um tipo específico de interação entre um organismo e o mundo. Estender um processo cognitivo nesse sentido [...] está estendendo a parte do mundo com a qual podemos nos engajar. Em outras palavras, está aumentando o impacto que um engajamento cognitivo com o mundo tem, por exemplo, nas possibilidades adicionais de ação oferecidas pelo ambiente ao organismo em ação. A ampliação do impacto dos engajamentos pode ser alcançada envolvendo artefatos específicos na interação, mas também pode ser - crucialmente - incorporada à interação em práticas sociais específicas. (SLORS, 2020, p.7)

Para Slors (2020, p.7), “chamar ambos os tipos de cognição (a cognição estendida artefaturalmente e a socialmente) de ‘estendido’ encobre diferenças importantes”, sendo necessário a criação de um novo termo para a cognição-estendida-socialmente. Slors (*ibid*), a nomeia de “cognição simbiótica” (*symbiotic cognition*), “dada a dependência cognitiva recíproca na cognição estendida socialmente”. Existem dois casos de cognição simbiótica -- o primeiro “não envolve instituições sociais”, e é considerado uma “cognição simbiótica fraca (*weak*)” (SLORS, 2020, p.7); já os casos que envolvem as instituições sociais são considerados “cognição simbiótica forte (*strong*)” (*ibid*). Para que a possamos caracterizar melhor a cognição simbiótica fraca, Slors (2020, p.7), propõem o seguinte:

- (i) uma forma de cognição socialmente estendida,
- (ii) que envolve extensão de impacto em vez de extensão de implementação,
- (iii) que envolve normatividade nas interações entre as pessoas além do acoplamento causal,
- (iv) que envolve a co-constituição recíproca de habilidades cognitivas entre pessoas,

(v) onde a co-constituição social das habilidades cognitivas se deve ao fato de que os processos cognitivos são configurados como partes de estruturas sociais pré-existentes.

Tabela 5: Tipos de extensão da cognição segundo Slors (2020)

Tipos de extensão da cognição segundo Slors (2020)			
	Tipo da extensão	Modo da relação de extensão	Caracterizada pelo acoplamento com
Cognição-estendida-artefatualmente	Extensão de Impacto	Não-recíproca e unidirecional	Artefatos
Cognição Simbiótica Fraca	Extensão de Implementação	Recíproca e não unidirecional	Outras mentes
Cognição Simbiótica Forte	Extensão de Implementação	Recíproca e não unidirecional	Instituições Sociais

Fonte: Desenvolvida pelos autores (2020)

Com as considerações de Slors (2020) finalizamos a primeira parte de delimitação de termos, sendo possível caracterizarmos a extensão da mente proveniente pelo acoplamento no tipo de nicho cognitivo, denominado por instituição social, como acoplamento simbiótico forte. Tratar o jornalismo como instituição social - nicho cognitivo nos permite uma nova descrição do fenômeno que o considere dentro de uma “ecologia cognitiva” (HUTCHINS, 2010), isso é “a teia de dependência mútua entre os elementos de um ecossistema cognitivo” (*ibid*, p.1). O próximo componente de nossa teia são os “artefatos cognitivos” e por fim a ação do jornalismo em si.

5 Artefatos Cognitivos

Como vimos, Slors (2020) difere entre a extensão artefactual da simbiótica. Nós apontamos que a “instituição social” (SINHA, 2015), caracteriza-se como um tipo de “nicho cognitivo” (CLARK, 2008), caracterizado por uma “extensão simbiótica forte” (SLORS, 2020). Porém esse tratamento não deve excluir a importância cognitiva dos artefatos, afinal, foi a inserção de um novo artefato cognitivo - internet - que acarretou uma reorganização dos processos atuantes no jornalismo como instituição social (ANDERSON *et al*, 2013).

Para começarmos, Sinha (2015, p.3) destaca que “não pode haver distinção forte e rápida, de uma perspectiva biocultural, entre nicho e artefato”.

Por exemplo, “uma toca, ou um caramanchão, são artefatos e nichos, e o complexo biocultural inclui as informações, tanto no genoma do organismo quanto no nicho, necessárias para aprender como explorá-lo. Isso não significa que a informação genética seja uma "cópia de" ou "modelo para" para o artefato / nicho; ao contrário, é uma adaptação a uma relação comportamental construtiva entre organismo e nicho. (SINHA, 2015, p.3)

Feita essa consideração, Sinha (2015, p.5) define um “artefato cognitivo simbólico” como aquele que pode ser “inteiramente simbólico” (ex: sistemas numéricos), ou pode “incorporar ou 'ancorar' informação simbólica nas estruturas materiais (*apud* Hutchins, 2005)”, que “apoiam processos simbólicos e conceituais em domínios conceituais abstratos”. Para Sinha (*ibid*), uma “propriedade essencial dos artefatos cognitivos simbólicos” é que são tanto “fundamentados linguisticamente” quanto “convencionalmente”. Entretanto, como Sinha (2015, p.5) observa:

‘Símbolo’ e ‘simbólico’ são conceitos notoriamente polissêmicos e contestados. De acordo com a classificação de Bühler (1990/1934), simbolismo é aqui entendida em termos da lógica semiótica, pragmática e intersubjetiva da representação comunicativa, não na tipologia no sentido peirciano (Peirce, 1931/1958) da relação entre signo e objeto.

Artefatos cognitivos são fundamentais na evolução cognitiva humana, e são tanto causa quanto consequência da construção de nichos evolutivos dos seres humanos (para um debate mais aprofundado do tema ver: Norman, 1993, Donald, 1991, Shore, 1996, Bühler, 1990/1934, Hutchins, 2005).

Toda tecnologia, tal como lápis e papel, prensa de gutemberg, prensas modernas, máquinas de datilografar, computadores e internet, entre outras empregada na prática do fazer jornalístico, podem ser consideradas artefatos cognitivo em termos mais amplos (como em Norman, 1993 e Clark 2008) ou, possivelmente, em termos mais específicos, como em Sinha (2015), sendo esse um modo para compreendermos as interferências das tecnologias no processo de produção do jornalismo enquanto nicho cognitivo. Lembremos que, dentro da classificação de Slors (2020), sendo artefatos cognitivos, essas tecnologias permitem uma “extensão de impacto” para o usuário, mas isso não exclui seu uso das “extensões simbióticas”, sejam estas “fortes ou fracas”.

Fornecemos até então um entendimento da instituição social jornalismo como um tipo de nicho cognitivo e as tecnologias empregadas como artefatos cognitivos. Tratemos agora, por fim, da ação do jornalismo. Como diz Pereira Junior (2006, p.70), “a realidade não pode ser contada aos outros por inteiro, noticiar é selecionar fatos para organizar um sentido” sendo que “o real, no entanto, será o sentido que damos à essa massa caótica de estímulos que recebemos” (PEREIRA JUNIOR 2006, p.71), portanto “a realidade jamais caberá no apurado, somente no disponível” (ibid, p.72).

A matéria jornalística final só toma forma graças à rede sociotécnica⁷ que a envolve, o produto final é fruto de suas mediações e só por elas toma forma. O processo cognitivo não está limitado ao indivíduo, “mas distribuído através dos elementos que integram o sistema” (HUTCHINS, 1995, p.372), que podem ser observados tanto em um “indivíduo em coordenação com um conjunto de ferramentas” (HUTCHINS, 1995, p.373) quanto “em um grupo de indivíduos em interação um com o outro e com um conjunto de ferramentas” (ibid), de modo que “as propriedades cognitivas dos grupos são produzidas pela interação entre estruturas internas aos indivíduos e estruturas externas aos indivíduos” (HUTCHINS, 1995, p.262). Para Hutchins, “as estruturas internas que se formam como consequência da interação com materiais simbólicos podem ser utilizadas como representações simbólicas” (HUTCHINS, 1995, p.373). Sobre a distribuição,

mesmo a cultura mais simples contém mais informações do que poderia ser aprendida por qualquer indivíduo na vida (Roberts, 1964; D 'Andrade, 1981), de modo que as tarefas de aprender, lembrar e transmitir conhecimento cultural são inevitavelmente distribuídas. O desempenho de tarefas cognitivas que excedem as habilidades individuais é sempre moldado por uma organização social de cognição distribuída. Não ter uma organização social de cognição distribuída não é uma opção. A organização social que é realmente usada pode ser apropriada para a tarefa ou não. (HUTCHINS, 1995, p.261)

Para Hutchins (1995, p.374), “a cognição é fundamentalmente um processo cultural”. A cultura é “um processo cognitivo humano que ocorre dentro e fora da mente das pessoas. É

⁷ Talvez um bom modo de entender esse termo venha de Bruno Latour (1994), que afirma que a sociologia clássica trata dos fenômenos emergentes das relações dos homens-entre-eles, em contraposição às relações que emergem das coisas-entre-si, de responsabilidades das ciências naturais. Nas redes sociotécnicas não há esta separação: humanos e não-humanos fazem parte do mesmo ecossistema e se agenciam, mutuamente. Para Teoria Ator Rede (TAR) (LATOURE, 1994), actante é algo “que gera uma ação, que produz movimento e diferença, podendo ser humano ou não-humano” (LEMOS, 2013 p.42). Entretanto, por mais que quem aja seja o actante a ação por si “nunca é propriedade de um actante, mas de uma rede” (ibid. p.45).

o processo no qual nossas práticas culturais cotidianas são promulgadas” (HUTCHINS, 1995, p.354), e é o “processo adaptativo que acumula soluções parciais para problemas frequentemente encontrados” (*ibid*). Humanos são capazes de “detectar regularidades em seu ambiente e em construir processos internos que podem se coordenar com essas regularidades” (HUTCHINS, 1995, p.370). Nós “produzimos estruturas simbólicas um para o outro” (*ibid*) e “coordenamos as regularidades nos padrões de estrutura simbólica que apresentamos um ao outro” (*ibid*). Essa regularidade de padrões coordenados permite o surgimento de “sistemas cognitivos”.

Precisamos fazer aqui, então, uma última distinção, entre meio, gênero e formato. O meio é o veículo material de comunicação que permite o acesso à informação, como a TV, o Rádio, o Impresso e a Internet, manifestada nos computadores e smartphones. Tratamos por formato “a unidade substancial ou material, com determinada configuração e certas características peculiares, que distinguem os itens de mesma natureza”. (MELO; ASSIS, 2016, p.48); o formato jornalístico então é:

o feito de construção da informação transmitida pela Mídia, por meio do qual a mensagem da atualidade preenche funções sociais legitimadas pela conjuntura histórica em cada sociedade nacional. Essa construção se dá em comum acordo com as normatizações que estabelecem parâmetros estruturais para cada forma, os quais incluem aspectos textuais e, também, procedimentos e particularidades relacionados ao modus operandi de cada unidade. (*ibid*, p.50)

Já gênero⁸ é o agrupamento de formatos que apresentam certas características semelhantes, logo:

gênero jornalístico é a classe de unidades da Comunicação massiva periódica que agrupa diferentes formas (formatos) e respectivas espécies de transmissão e recuperação oportuna de informações da atualidade, por meio de suportes mecânicos ou eletrônicos (aqui referidos como mídia), potencialmente habilitados para atingir audiências anônimas, vastas e dispersas. (*ibid*, p.49)

O que chamamos anteriormente de forma é o que *se forma* na conjunção entre meio, gênero e formato. Quando falamos de forma, neste trabalho, nos referimos a uma determinada configuração temporal-espacial que permite a interação com os nossos sentidos,

⁸ As vastas variedades das esferas da atividade humana dão origem a vários gêneros do discurso, que segundo Mikhail Bakhtin (1997) resultam em formas-padrão relativamente estáveis de um enunciado, que sofrem constantes atualizações ou transformações. A este respeito, Bakhtin (1997, p. 106) diz que “o gênero sempre é e não é ao mesmo tempo, sempre é novo e velho ao mesmo tempo”, bem como a rede sociotécnica, os gêneros também se modificam para atender às necessidades desta rede. Estas mudanças acontecem na troca entre falantes, no ato conversacional há alternância dos sujeitos falantes, que emitem enunciados. Esta perspectiva dialógica reforça o lugar da alteridade na produção de sentido.

seja a primazia da visão e o do tato no impresso, da audição no rádio e da visão e da audição na TV, nos levando a sentir, a perceber e a experienciar a informação e a realidade que esta carrega. Notamos assim que o trabalho do jornalista não cria forma de maneira solitária. A mediação com o mundo que realiza é resultante de outras mediações que constituem a ecologia cognitiva.

7. Conclusão

Se perguntarmos onde está o jornalismo qual seria a resposta? Este trabalho propõe modestamente que ele está distribuído entre os diversos participantes da rede cognitiva que o compõem, sendo esses humanos e não humanos, como os artefatos cognitivos e técnicas. Nossa distribuição inicial apresenta três componentes, o jornalismo como “instituição social” (SINHA, 2015), sendo essa um tipo de “nicho cognitivo” (CLARK, 2008), as tecnologias e técnicas como “artefatos cognitivos” (SINHA, 2015, NORMAN, 1993, CLARK 2008) e a ação do jornalismo em si, que visa a criação de “formas”, possibilitadas pela “ecologia cognitiva” (HUTCHINS, 1995, 2005 e 2010) deste “nicho cognitivo” (CLARK, 2008) específico.

Hutchins (2010, p.2) adverte que “cada colocação de limite torna algumas coisas fáceis de ver e outras impossíveis de ver”. O perigo de colocar limites no lugar errado é que “fazer isso deixará fenômenos importantes inexplicados, ou pior, inexplicáveis”. Esperamos que nossas formulações iniciais tenham sido colocações felizes de limites nessa proposta de uma ecologia cognitiva do jornalismo.

Referências bibliográficas

- ANDERSON *et.al.* O jornalismo pós industrial, in **Revista de Jornalismo da ESPM**, abr./mai./jun. 2013.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Hucitec, 1988.
- BÜHLER, K. “Theory of language,” **The Representational Function of Language**, transl. D. F. Goodwin (Amsterdam: John Benjamins). 1990/1934
- CLARK, A. **Supersizing the Mind: Embodiment, Action, And Cognitive Extension**. Oxford University Press, 2008.
- CLARK A.; CHELMERS, D. The Extended Mind. In **The Extended Mind**, Menary, R. (Ed). A Bradford Book, 2010.

- DONALD, M. **Origins of the Modern Mind: Three Stages in the Evolution of Culture and Cognition**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1991.
- GOODWIN, C.; GOODWIN, M.H. Participation. In **A Companion to Linguistic Anthropology**, A. Duranti (ed.), 222-244. Oxford, Blackwell, 2004.
- HUTCHINS, E. **Cognition In The Wild**. Cambridge: MIT Press, 1995. 381 p.
- HUTCHINS, E. Material anchors for conceptual blends. **J. Pragmat.** **37**, 1555–1577. doi: 10.1016/j.pragma.2004.06.008, 2005.
- HUTCHINS, E. Cognitive Ecology in **Topics in Cognitive Science** v.2, p.705–715, 2010
- LALAND, K.; FELDMAN, Marcus W. Niche construction, biological evolution, and cultural change. **The Behavioral and Brain Sciences**, ed. 23, p. 131-146, 2000.
- LALAND, K.N.; O'BRIEN, M.J. Cultural Niche Construction: An Introduction. **Biol Theory**, ed. 06, p. 191-202, 2012.
- LALAND, N. Kevin. **Darwin's Unfinished Symphony: How Culture Made the Human Mind**. Princeton University Press, 2017.
- LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.
- LEMONS, André. **A comunicação das coisas: Teoria ator-rede e cibercultura**. 2013.
- MARCONDES FILHO, Ciro. **A saga dos cães perdidos**. São Paulo: Hacker Editores, 2000.
- MARQUES de MELO, José; ASSIS, Francisco. **Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório**. Intercom - RBCC São Paulo, v.39, n.1, p.39-56, jan./abr. 2016
- MENARY, R. The extended Mind in Focus in **The Extended Mind**, p.01-26, 2010
- NORMAN, D. **Things that Make us Smart**. Reading, MA: Addison Wesley, 1993.
- PEIRCE, C. S. Collected Papers of Charles Sanders Peirce, vols. 1–6, 1931–1935, 1931/1958. In **Charles Hartshorne and Paul Weiss**, Harvard University Press, Cambridge, MA, ed. A. W. Burks, vols. 7–8, 1958.
- SHORE, B. **Culture in Mind: Cognition, Culture and the Problem of Meaning**. New York: Oxford University Press, 1996
- SLORS, Marc. From Notebooks to Institutions. The Case for Symbiotic Cognition, **Frontiers in Psychology**, 2020.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2005.
- PEREIRA JUNIOR, Luiz da Costa. **A apuração da notícia: Métodos de investigação na imprensa**. Vozes: Petrópolis, RJ, 2006.
- SINHA, C. Funcionalismo, semiótica e aquisição da linguagem in **Análise Psicológica**, 1/2 (III): p.67-p.74, 1982.
- SINHA, C. Language as a biocultural niche and social institution in **New Directions In Cognitive**



Linguistics, 2009

SINHA, C. **Language and other artifacts**: socio-cultural dynamics of niche construction, in
HYPOTHESIS AND THEORY, Outubro de 2015